

Saúde Uma Questão Escolar – abordagem do Projeto Político-Pedagógico

School Health Issue – an approach of the Political and Pedagogical Project

Daise Pires Silva de Oliveira

UFRJ/NUTES

daisepires@gmail.com

Rita Vilanova Prata

UFRJ/NUTES

Vilanova.rita@gmail.com

Resumo

Neste trabalho apresentamos parte de um estudo que estamos desenvolvendo sobre a abordagem da temática da saúde no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas do Ensino Fundamental da rede municipal de Duque de Caxias (RJ). Buscamos discutir o PPP e a saúde na escola e apresentar os resultados iniciais de nossa pesquisa que pretende identificar e analisar a abordagem da questão da saúde e as ações propostas nos PPP das escolas. A saúde é abordada como tema transversal, compondo o currículo escolar, conforme o proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. A temática da saúde se torna oficial e obrigatória a partir de 1971 quando a LDB 5692 inclui os Programas de Saúde nos currículos plenos de ensino de “1º e 2º graus”, contudo esta só está presente em 26 PPP dos 57 existentes, o que aponta para uma apropriação insipiente da temática da saúde nas propostas curriculares e pedagógicas no município estudado.

Palavras chave: projeto político-pedagógico, saúde na escola, políticas educacionais e saúde

Abstract

We are going to show in this paper part of a study of what we are developing about the approach on health issue in the Political and Pedagogical Project (PPP) of public primary schools from Duque de Caxias. We are going to discuss the PPP and health issue in schools and present the imitial results of our research which aim to identify and analyse the approach on health issue and the actions proposed on the schools'PPP. Health is dealt as a cross section theme, making up the school curriculum in which each subject should deal with it as part of its content according to Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Health subject has become official and obligatory since 1971 when Basis Directive Law (LDB 5692) included Health Programs in Primary and Secondary schools curriculum. Health Subject, however, is found in 27 from 57 PPP analysed, which aim an incipient ownership of health subject in pedagogical and curriculum proposals.

Key words: political-pedagogical project, school health, educational policies and health

O Projeto Político-Pedagógico e a Saúde na Escola

Neste trabalho discutimos o projeto político-pedagógico e a saúde na escola, apresentando os resultados iniciais de nossa pesquisa que pretende identificar e analisar a abordagem da questão da saúde e as ações propostas nos PPP das escolas do Ensino Fundamental da rede municipal de Duque de Caxias (RJ).

O Projeto Político Pedagógico é o documento que orienta todas as ações educativas da escola. Foi instituído através do Artigo 12, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, onde prevê que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

Este deve ser elaborado com a participação de todos os atores educacionais, por ser um instrumento teórico-prático que irá embasar o trabalho educativo em suas dimensões: filosófica, política, organizacional e pedagógica (Stauffer, 2007).

A dimensão filosófica abrange os princípios fundamentais da educação, como as relações com o cotidiano, os valores, os ideais, os fins da educação, demonstrando que tipo de escola desejamos construir e o tipo de cidadão que visamos formar, com uma educação de qualidade tendo o aluno como centro do processo educativo.

Na dimensão política, vemos que a escola se organiza para formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e com o objetivo de atuarem contribuindo para a transformação social. Além disso, esta dimensão legitima a escola como um espaço de organização comunitária e de participação política de todos os atores envolvidos na ação educativa. Este deve ser o eixo central do trabalho da escola que deve estar delimitado no PPP.

A dimensão organizacional refere-se à organização da escola focando no estilo de gestão e na implementação de seus planos, programas e projetos.

E a dimensão pedagógica demonstra a direção, o sentido, articulando espaço, tempo e trabalho com o objetivo de produzir conhecimento.

Dialogando com Martins (2011), vimos que o PPP

...configura-se como um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira e por quem, para chegar aos resultados desejados. Deve, para tanto, explicitar uma filosofia e harmonizar as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo-lhe autonomia e definindo-lhe o compromisso com a clientela (p.61).

Este deve ser assumido por todos os envolvidos na escola para que sua implementação ocorra de fato, o que reforça a necessidade do mesmo ser elaborado de forma participativa e democrática. O termo participação deriva do latim “participatio” (pars+in+actio) que significa “ter parte na ação”. Para ter parte na ação, o ator educacional deve ter acesso ao agir e as decisões que o orientam; para isso é necessária uma gestão democrática, que envolve aproximar o pensar e o agir, a elaboração e a implementação, a teoria e a prática.

A escola deve ter autonomia para elaborar e executar seu PPP, porém não deve perder de vista a proposta político-pedagógica do sistema de ensino, nem as necessidades e exigências da escola. Portanto, a autonomia é, segundo Cavagnari (2011), “relativa”, ao passo que a escola está atrelada a um sistema nacional de educação, se submetendo às orientações de uma legislação comum.

Contudo a lei em si não garante a realização do PPP, nem a autonomia. Este só se concretizará se houver empenho por parte dos atores educacionais e, conseqüentemente a autonomia se efetiva nesta concretude. Assim, como afirma a mesma autora autonomia é “outorga e conquista”.

A mobilização do grupo é condição sine qua non para a efetivação do PPP, pois este não será implementado a partir de ações individuais, mas sim na articulação do grupo para uma ação coletiva.

O PPP é o instrumento que viabiliza a operacionalização da autonomia na escola, portanto PPP e autonomia são processos inseparáveis.

Para Veiga (2011), o PPP deve refletir a realidade da escola, pois está em um contexto onde influencia e pode ser influenciada pelos atores educacionais. Ao mesmo tempo em que deve definir sua concepção de educação e que tipo de homem e sociedade se quer formar, caracterizando assim sua dimensão política; ou seja, elabora uma proposta comum a todos; que deve de fato orientar o cotidiano escolar, sendo um instrumento do processo ação/reflexão/ação.

Segundo a mesma autora, um PPP deve possuir algumas características em sua concepção, a saber:

- a) ser um processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; d) conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão (p.11).

Portanto este documento não deve ser o cumprimento de uma exigência legal, ou uma simples formalidade. Ele deve ser um instrumento de trabalho que legitime o trabalho educativo e que traduza o compromisso de todos os envolvidos.

No diálogo de Veiga (2011) com Vasconcellos, este afirma que:

- (...)mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos um envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de elaboração do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Planejar com e não para (p.28).

Ao construir seu PPP a escola se depara com a possibilidade de mudar e transformar sua proposta pedagógica e o exercício de sua gestão; não basta apresentar um discurso progressista, se a gestão é autoritária e empobrecida.

Com o seu PPP, a escola pode empreender mudanças e inovações. Contudo, não podemos afirmar que toda inovação tem caráter emancipatório. Veiga (2003), ao abordar a inovação e o PPP, apresenta-o como ação regulatória e como ação emancipatória, ressaltando que ambas provocam mudanças na escola, mas de caráter diferenciado.

As ações regulatórias são frutos de prescrições, de recomendações externas à escola, que não produzem um projeto pedagógico novo, mas sim o mesmo sistema, modificado, servindo para a manutenção do instituído; priorizando a dimensão técnica às dimensões política e sociocultural.

A ação regulatória não considera um processo de produção coletiva, negando a diversidade de interesses.

De acordo com Veiga (2003),

- A inovação regulatória significa assumir o projeto político-pedagógico como um conjunto de atividades que vão gerar um produto: um documento pronto e acabado. Nesse caso, deixa-se de lado o processo de produção coletiva. Perde-se a concepção integral de um projeto e este se converte em uma relação insumo/processo/produto. Pode-se inovar para melhorar resultados parciais do ensino, da aprendizagem, da pesquisa, dos laboratórios, da biblioteca, mas o processo não está articulado integralmente com o produto (p.271).

As ações emancipatórias partem e visam às necessidades do coletivo da escola, prevalecendo as preocupações de cunho político cultural.

Em uma perspectiva emancipatória, o caráter inovador e o PPP estão articulados, onde as finalidades e os meios se integram na ruptura do já instituído, focando o processo de construção que resultará em um produto inovador:

Sob esta ótica, o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos (Veiga, 2011, p.275).

A ação emancipatória é fruto da reflexão sobre a realidade da escola articulada ao contexto social, tendo como pano de fundo um processo dialógico e a valorização dos diferentes saberes.

Em uma perspectiva emancipatória, segundo Veiga (2011), o PPP apresenta as seguintes características:

- É um movimento de luta pela democracia da escola que enfrenta as dificuldades, na busca de um futuro melhor; orienta a reflexão e ação da escola.
- Visa a inclusão diante da diversidade de alunos, suas origens culturais, necessidades e expectativas educacionais.
- Sendo coletivo e integrador, o projeto deve proporcionar o diálogo, a cooperação, a negociação, possibilitando a intervenção na tomada de decisões em todos os aspectos da vida da escola.
- A autonomia e a gestão democrática compõem o processo pedagógico.
- A legitimidade do PPP reside no grau e no tipo de participação dos envolvidos no processo educativo.
- Foca o trabalho pedagógico metodológica e tecnicamente, articulando-o com o contexto social.

A escola é o espaço de mediações e articulação do projeto político da sociedade e do projeto individual dos atores educacionais. Sendo a educação um meio para formação da cidadania, através da qual o indivíduo garantirá seus direitos e sua participação na sociedade.

Dentre esses direitos, destacamos a saúde que é primordial para o desenvolvimento integral do indivíduo. Conforme a Carta de Ottawa “A saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida” (OMS, 1986, p.1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394 de 1996 incumbe a União de estabelecer em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes que orientarão os currículos e os conteúdos mínimos; com este fim os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados, com a proposta de

... uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem. (Brasil, 1997, p.27)

Para atender a esta proposta, os Temas Transversais foram incluídos viabilizando a discussão de temas sociais na escola, sendo: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, e Temas Locais; que devem fazer parte do currículo escolar, onde cada disciplina deve abordá-los como parte de seus conteúdos.

A transversalidade indica uma integração das áreas e o compromisso de todos os atores educacionais envolvidos para que ocorra de fato uma intervenção e transformação da realidade vivenciada pelos mesmos.

No diálogo de Lomônaco (s/d) com Gallo vimos que os temas transversais abordam questões de relevância social que remetem à ideia de interdisciplinaridade, que só acontecerá à medida que os professores cooperem uns com os outros, ou seja, havendo troca entre os mesmos.

Metodologia

Pretendemos em nossa pesquisa estudar como a temática da saúde é abordada no PPP das escolas, buscando identificar e analisar esta abordagem e as ações propostas neste documento. Assim, para esta análise, primeiro buscamos a autorização da Secretaria Municipal de Educação que autorizou o acesso aos documentos. Realizamos a leitura dos documentos entre os meses de setembro e dezembro de 2012.

Ao iniciarmos o levantamento percebemos que algumas escolas não haviam elaborado seus PPP e que algumas estavam em processo de reformulação dos mesmos, optamos assim por realizar a leitura de todos os PPP existentes, isto é, das escolas do 1º e 2º segmentos.

Como metodologia para a coleta e análise dos dados, orientamo-nos pela análise de conteúdo, com base na metodologia proposta por Bardin (2011). O foco deste método não está na descrição dos conteúdos, mas sim nos conhecimentos produzidos após a interpretação destes conhecimentos, objetivando descobrir o que está oculto pelos conteúdos expressos, revelando a abordagem dada à saúde nos PPP; as ações propostas neste âmbito; as diferentes concepções de educação em saúde, a temática da saúde como tema transversal e os conhecimentos que emergirem do corpus em relação à temática da saúde.

A primeira fase consistiu no manuseio dos documentos para familiarizar-mos com o texto, assim o pesquisador se deixa “invadir por impressões e orientações” que é denominada leitura flutuante (Bardin, 2011).

Ao realizarmos a leitura flutuante dos documentos, buscamos a abordagem da temática por meio do uso do termo saúde e da identificação de aspectos relacionados a esta, delimitando as mensagens que serão analisadas. Com base nesta leitura chegamos a alguns resultados que apresentamos a seguir.

Resultados

O município possui: 141 escolas, sendo 87 do 1º segmento; 06 do 2º segmento e 48 com 1º e 2º segmentos. Porém somente 57 escolas possuem PPP, dos quais realizamos a leitura, sendo: 36 escolas que trabalham com o 1º segmento; 05 escolas com o 2º segmento e 16 com 1º e 2º segmentos.

Com a leitura dos documentos descartamos os PPP que não abordavam a temática da saúde, chegando ao total de 26 PPP que abordam a temática.

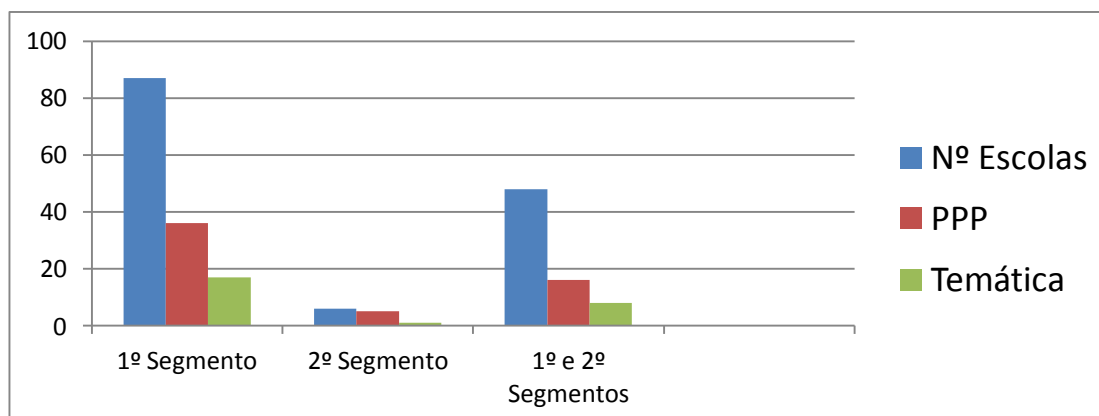


Tabela 1: Demonstrativo de escolas; escolas que possuem PPP; e PPP que abordam temática da saúde. Apesar de o PPP ter sido instituído há 17 anos e ser alvo de discussão ao longo desses, somente 40% das escolas elaborou este documento. A lei em si não garante a elaboração do

PPP, este só se concretizará se houver desejo e empenho por parte dos atores educacionais. Este não deve ser o cumprimento de uma exigência legal ou uma simples formalidade. Ele deve ser um instrumento de trabalho que legitime o trabalho educativo e que traduza o compromisso de todos os envolvidos.

Não existe uma padronização dos PPP, ou seja, cada escola organiza o seu documento da forma que julgar ideal. A base do documento deveria ser comum a todos para demonstrar a proposta de trabalho de cada unidade, explicitando suas dimensões filosófica, política, organizacional e pedagógica.

A temática da saúde se torna oficial e obrigatória a partir de 1971 quando a LDB 5692 inclui os Programas de Saúde nos currículos plenos de ensino de 1º e 2º graus, atuais ensino fundamental e médio, contudo esta só está presente em 26 PPP dos 57 existentes, quando na verdade deveria estar em todos.

O Ministério da Educação propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais como uma referência para a construção e reelaboração das propostas educacionais em todos os estados e municípios brasileiros, envolvendo equipe pedagógica, comunidade, pais, educadores e alunos.

Estes atribuem à escola a função de instrumentalizar o aluno para a manutenção de sua saúde e a da coletividade, visando sua formação enquanto cidadão; ressaltando que a saúde está relacionada aos aspectos biológicos, ao meio físico, socioeconômico e cultural que são os determinantes da condição de saúde.

Nesta visão a escola deve abordar os temas relacionados à saúde em uma perspectiva de promoção da saúde que ocorre quando é garantida ao cidadão qualidade de vida e saúde, através de sua capacitação individual para adoção de estilos de vida saudáveis, compondo um ambiente saudável; e a busca de políticas públicas relacionadas à qualidade de vida e aos serviços de saúde.

A educação em saúde deve capacitar a comunidade “para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde” com uma maior participação no controle deste processo; sendo a escola um espaço privilegiado para a promoção da saúde. Portanto por que a temática da saúde não é priorizada pelas escolas?

Ainda no âmbito da educação em saúde foi criado o Programa Saúde na Escola (PSE), que foi instituído através do decreto presidencial Nº 6.286 de dezembro de 2007, propondo uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação que visa à atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico da rede pública, com ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Este Programa foi implantado por meio da adesão dos municípios, com a proposta de redesenhar a política de educação em saúde, com os objetivos, a saber:

- “ 1- promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;
- 2- articular as ações do Sistema Único de Saúde – SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;
- 3- contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos;
- 4- contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos;
- 5- fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- 6- promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e
- 7- fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nas três esferas de governo” (Brasil, 2007, p.3).

O PSE prevê a implementação de diversas ações em saúde na escola, como: avaliação das condições de saúde dos estudantes; ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e

agravos; formação de profissionais e jovens que serão multiplicadores; monitoramento da saúde dos estudantes e do próprio programa: essas ações devem ser desenvolvidas de forma articulada entre a Saúde e a Educação, e com a participação das Equipes de Saúde da Família. É muito importante a participação de toda comunidade escolar e dos profissionais de saúde na construção do projeto do PSE, a fim de que atenda às particularidades dos mesmos. As ações propostas neste projeto serão incorporadas ao Projeto Político Pedagógico de cada escola conforme determina a Portaria Nº 1861 de 2008, em seu Art 3, inciso II, alínea e, que diz: “programação das atividades do PSE que deverão ser incluídas no projeto político pedagógico de cada uma das escolas.”

Apesar de o município de Duque de Caxias ter aderido ao Programa Saúde na Escola, apenas cinco escolas abordam o programa como uma proposta efetiva de ação das mesmas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, fixadas pela Resolução Nº 7 de dezembro de 2010, devem ser seguidas na organização curricular dos sistemas de ensino e das escolas e, ao abordar seus princípios éticos, políticos e estéticos no Art 6, ressalta nos políticos a “... busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens e outros benefícios...” (p. 2).

O Art 12 aborda que os conteúdos que formam a base nacional comum e a parte diversificada têm origem, além de outras, na área da saúde. E que temas “abrangentes e contemporâneos”, dentre eles a saúde, devem compor a base nacional comum e a parte diversificada do currículo, conforme estipulado no Art 16 (p. 5).

Ao abordar o currículo da escola de tempo integral as Diretrizes ressaltam que dentre as atividades que devem ser desenvolvidas está a promoção da saúde, articulada “... aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais” (DCN, 2010, Art 37, p. 11).

Como vimos a temática da saúde deve compor o currículo escolar sendo articulada à realidade dos educandos, com base em uma perspectiva de promoção da saúde quando estes devem ser instrumentalizados para atuarem como sujeitos na sociedade, capacitando-os para a busca de melhores condições de vida e saúde. A promoção da saúde segundo Bydlowski, et al (2004) baseia suas estratégias na democratização das informações, visando um trabalho articulado de toda a sociedade. Este é mais um foco de análise de nossa pesquisa, quando buscaremos identificar como a promoção da saúde está sendo desenvolvida e como ocorre a participação da sociedade.

As ações de promoção de saúde devem ser compreendidas como um processo de construção do conhecimento, respeitando a vivência dos atores educacionais, ou seja, o conhecimento trazido por cada um; em uma relação dialógica. Ressaltando os mesmos como seres históricos, políticos e culturais que interagem com seus pares nos diferentes ambientes de convívio social, ou seja, na escola, na comunidade, na sociedade de uma forma geral.

É através do diálogo que os atores conhecem e transformam o mundo que os cerca. Como afirma Freire o homem e o mundo são inacabados, e na relação entre ambos o homem transforma o mundo e “sofre os efeitos de sua própria transformação” (1977, p. 76).

Dialogando com Freire vimos que o homem conhece o mundo através da problematização da mesma que é fundamental para construção do saber. Só aprende de fato aquele que se apropria desse saber, modificando a si mesmo e transformando a realidade que o cerca.

O papel do professor é visto como o “motivador que introduz os problemas presentes, busca informação e materiais de apoio, problematiza e facilita as discussões por meio da formulação de estratégias para o trabalho escolar”(1987, p.261).

Ao elaborar o PPP os atores educacionais devem garantir a transversalidade da temática da saúde priorizando os temas que fazem parte do cotidiano dos alunos, valorizando os conhecimentos trazidos pelos mesmos, isto é, os conhecimentos construídos em suas vidas; sendo a junção das experiências individuais, coletivas, o conhecimento científico e escolar.

Visando a apropriação do saber para que o aluno se modifique e transforme a realidade na qual está inserido.

Considerações Finais

Como abordamos o PPP pode ser construído sob duas perspectivas, como ação regulatória onde os atores educacionais não participam de sua elaboração, sendo o PPP um instrumento de controle e a escola uma executora de normas técnicas burocratizadas.

E sob uma perspectiva emancipadora onde o PPP é construído coletivamente integrando as diferentes vozes dos atores educacionais; articulando escola, família e comunidade. Este está direcionado ao diálogo e a participação favorecendo a relação da escola com o contexto social. Em fim o PPP é um movimento de democratização.

Ao ser construído coletivamente os atores educacionais compreendidos por professores, alunos, pessoal de apoio, gestores, famílias e comunidade, tem um sentimento de pertença e identidade sobre o mesmo, que é constituído pela articulação dos objetivos e as necessidades estabelecidas pela coletividade, ou seja, o PPP é fruto de uma organização comunitária e pedagógica.

Percebemos que apesar da existência de uma política educacional que prioriza a abordagem da temática da saúde na escola esta não é contemplada na totalidade dos PPP que são o eixo central para a organização do trabalho escolar.

Ao desenvolvermos esta pesquisa desejamos que sirva de base de discussão e reflexão das equipes das escolas sobre a abordagem da temática da saúde em seu cotidiano.

Referências

BRASIL. Decreto Nº 1861/2008

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº 9394. Brasília: MEC, 1996

_____. Orientações sobre o Programa Saúde na Escola para a elaboração dos Projetos Locais. 2007

BYDLOWSKI, C. R.; WESTPHAL, M. F.; PEREIRA, I. M. T. B. Promoção da Saúde.

Porque sim e porque não! Saúde e Sociedade v. 13, n. 1, p. 14-24, Janeiro-Abril 2004

Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa. 1986

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político-Pedagógico, Autonomia e Realidade Escolar: Entraves e Contribuições. IN: Veiga, Ilma Passos Alencastro, et al. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2011

LOMÔNACO, A. F. S. Concepções de saúde e cotidiano escolar – o viés do saber e da prática. GT: Educação Popular, n. 6. ANPED s/d

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para a Cidadania: O Projeto Político Pedagógico como Elemento Articulador. IN: Veiga, Ilma Passos Alencastro, et. al. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2011

STAUFFER, Anakeila de Barros. “Projeto Político-Pedagógico: Instrumento consensual e/ou contra-hegemônico à lógica do capital?” Tese doutorado. Rio de Janeiro, Agosto de 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, et. al. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2011